Projeto de Lei n° 1617, de 2022

Iniciativa: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar as administradoras de cartão de crédito a colocarem, nos extratos de cobrança mensal, a razão social e o nome de fantasia do estabelecimento onde foi realizada a operação.

Assunto: Jurídico - Direito do Consumidor

Data de Leitura: 13/06/2022

Tramitação encerrada

Decisão: Retirada pelo autor

Último local: 10/10/2023 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 10/10/2023 - RETIRADA PELO AUTOR

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 897 de 2023

Despacho:

26/04/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador Izalci Lucas (encerrado em 10/10/2023 - Matéria retirada pelo autor)

TRAMITAÇÃO

10/10/2023 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Processo transferido para arquivamento intermediário na COARQ.

Recebido em: 2023-10-10 às 16:20 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

---

10/10/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: RETIRADA PELO AUTOR

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 897, de 2023, do Senador Zequinha Marinho, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 1.617, de 2022.
A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Lei nº 1.617, de 2022, ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 215-217 - DSF nº 178

10/10/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Requerimento nº 897, de 2023, do Senador Zequinha Marinho, de retirada da matéria em caráter definitivo.

TRAMITAÇÃO

31/08/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Izalci Lucas, para emitir relatório.

08/05/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.
Matéria aguardando distribuição.

27/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Prazo para apresentação de emendas (art. 122, II, “c”, § 1º do RISF):
Primeiro dia: 28/04/2023
Último dia: 05/05/2023

27/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 28/04/2023 a 05/05/2023.
Perante a CAE.

26/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Nos termos do art. 91 caput, inciso I, do Regimento Interno, a matéria vai às CAE e CTFC, em decisão terminativa, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 70-78 - DSF nº 62

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

13/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 13/06/2022.

Publicado no DSF Páginas 413-416 - DSF nº 92

DOCUMENTOS

PL 1617/2022

Data: 13/06/2022

Autor: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar as administradoras de cartão de crédito a colocarem, nos extratos de cobrança mensal, a razão social e o nome de fantasia do estabelecimento onde foi realizada a operação.

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 13/06/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 13/06/2022.

Descrição/Ementa: -

RQS 897/2023

Data: 10/10/2023

Autor: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 897, de 2023, do Senador Zequinha Marinho, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 1.617, de 2022.
A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Lei nº 1.617, de 2022, ao Arquivo.

Descrição/Ementa: Requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 1.617, de 2022.